



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA-UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E TECNOLOGIAS.
COLEGIADO DE PEDAGOGIA-CAMPUS XVII

JAIANE DIAS ESPINOLA

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL
NO MUNICÍPIO DE SERRA DO RAMALHO**

Bom Jesus da Lapa
2025

JAIANE DIAS ESPINOLA

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL
NO MUNICÍPIO DE SERRA DO RAMALHO**

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias – DCHT XVII, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, como exigência parcial para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

ORIENTADORA: Dra. Maria Célia S. Aguiar

Bom Jesus da Lapa
2025

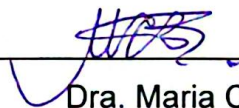
JAIANE DIAS ESPINOLA

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL
NO MUNICÍPIO DE SERRA DO RAMALHO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia, ao Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias – DCHT XVII, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB.

Aprovada em: 11 de janeiro de 2025

Banca Avaliadora:



Dra. Maria Célia Santana Aguiar - Orientadora
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro-
UFRJ



Dra. Edna Souza Moreira – Coordenadora de TCC
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Dr^a. em Educação, Conhecimento e Inclusão Social pela UFMG



Profa. Ma. Maria Ercília Oliveira - Avaliadora
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Mestra em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Dedico este trabalho à minha família e amigos que me apoiaram e estiveram ao meu lado durante essa jornada.

AGRADECIMENTOS

A jornada no curso de Pedagogia até este momento foi marcada por muitos desafios, aprendizagens e momentos significativos. Chegar a este ponto não teria sido possível sem o apoio e incentivo de várias pessoas especiais. É com gratidão e reconhecimento que registro aqui os meus agradecimentos a todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho.

Quero agradecer primeiramente a Deus por ter me dado forças e sabedoria ao longo da caminhada.

Agradeço também a minha família, em especial aos meus pais, José Ednei e Mirian e a minha irmã Nicolay Vitória. Ao longo de toda a trajetória do curso me apoiaram e me ajudaram em muitos momentos, me incentivando e não me deixando desistir. Sem vocês eu não conseguiria chegar até aqui. Sua presença, amor e apoio foram essenciais para que eu pudesse alcançar este objetivo.

Agradeço aos meus amigos por estarem presentes durante a graduação. Aos amigos da turma, os que conheci na universidade e os que já estão comigo a há muito tempo, sou grata por cada momento compartilhado, pelas risadas, apoio e parceria. Um agradecimento especial ao meu amigo e dupla inseparável nos trabalhos e estágios, Iure Dourado.

Por fim, agradeço à Universidade do Estado da Bahia e aos professores que fizeram parte e contribuíram para a minha formação. À minha orientadora, professora Maria Célia S. Aguiar, que sempre esteve presente, contribuindo significativamente para a conclusão deste trabalho. Sua dedicação e orientação foram essenciais para que este projeto se tornasse realidade.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho, expresso minha gratidão e agradecimentos.

“Educação não transforma o mundo. Educação muda às pessoas.
Pessoas transformam o mundo” (Freire, 1979).

ESPINOLA, Jaiane Dias. **A Educação Ambiental nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental no município de Serra do Ramalho. 2025.** 44 f. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Bom Jesus da Lapa, 2025.

RESUMO

A Educação Ambiental (EA) é um campo que visa construir conhecimentos para a formação de cidadãos críticos e participativos trabalhando em prol de um meio ambiente ecologicamente equilibrado devendo ser ministrada de forma interdisciplinar e transversal no currículo da Educação Básica. Neste contexto, esta pesquisa objetiva analisar como a EA está proposta para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental no município de Serra do Ramalho – BA. Para tal foi realizada uma pesquisa numa abordagem qualitativa, do tipo documental, tendo como instrumento de produção de dados, o Referencial Curricular Municipal e os Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) das escolas do município. Os resultados evidenciam que as perspectivas de Educação Ambiental presente nos PPPs aproximam-se da concepção presente no Referencial Curricular do município e documentos oficiais. Quanto às macrotendências político pedagógicas os PPPs revelam uma coexistência de todas elas: preservacionista, pragmática e crítica, com preponderância da pragmática. Destacamos a importância da intencionalidade que os documentos analisados expressam em fazer Educação Ambiental nas escolas do município de Serra do Ramalho, o que reflete uma formação atenta a esta questão contemporânea relevante na construção da cidadania desde os anos iniciais.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Anos Iniciais; Referencial Curricular; Projeto Político Pedagógico.

ESPINOLA, Jaiane Dias. **Environmental Education in the Early Years of Elementary Education in the municipality of Serra do Ramalho**. 2025. 44 pages. Monograph (Bachelor's Degree in Pedagogy) – State University of Bahia (UNEB), Bom Jesus da Lapa, 2025.

ABSTRACT

Environmental Education (EA) is a field that aims to build knowledge for the formation of critical and participatory citizens working towards an ecologically balanced environment and must be taught in an interdisciplinary and transversal way in the Basic Education curriculum. In this context, this research aims to analyze how EE is proposed for the Initial Years of Elementary School in the municipality of Serra do Ramalho – BA. To this end, research was carried out using a qualitative, documentary approach, using the Municipal Curricular Reference and the Pedagogical Political Projects (PPP) of the city's schools as data production instruments. The results show that the Environmental Education perspective present in the PPPs is close to the conception present in the municipality's Curricular Reference and official documents. Regarding political-pedagogical macrotrends, PPPs reveal a coexistence of all of them: preservationist, pragmatic and critical, with a preponderance of pragmatics. We highlight the importance of the intentionality that the analyzed documents express in providing Environmental Education in schools in the municipality of Serra do Ramalho, which reflects training attentive to this contemporary issue relevant to the construction of citizenship from the earliest years.

Keywords: Environmental Education; Early Years; Curricular Framework; Political-Pedagogical Project.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CF/88	Constituição Federal de 1988
EA	Educação Ambiental
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
ONU	Organização das Nações Unidas
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PPP	Projeto Político Pedagógico
RCM	Referencial Curricular Municipal
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	13
2.1 Histórico da Educação Ambiental	13
2.2 Referencial Curricular Municipal de Serra do Ramalho	18
2.3 Bases legais da Educação Ambiental e o Projeto Político Pedagógico.....	20
3 METODOLOGIA.....	23
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	27
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
REFERÊNCIAS	39

1 INTRODUÇÃO

Com o avanço da ciência e tecnologia, a relação sociedade e natureza passou por intensas mudanças e conseqüentemente as formas de explorar os recursos naturais. O que há séculos era retirado em quantidades limitadas, com o advento da industrialização e a consolidação do sistema capitalista, estes passam a ser explorados em grande escala visando o desenvolvimento econômico e, com isso, cresce o estímulo ao consumismo.

Nas últimas décadas a preocupação com o meio ambiente e o seu pleno equilíbrio tem se tornado um tema cada vez mais polêmico. Questões relacionadas à degradação ambiental, esgotamento de recursos naturais, perda significativa da fauna e flora em determinadas localidades e as mudanças climáticas têm despertado a atenção das organizações e dos governos ao redor do mundo que buscam meios para o uso equilibrado dos recursos naturais do planeta, visando a mitigação dos impactos que o meio ambiente vem sofrendo. Nesse contexto, a Educação Ambiental emerge como um campo que visa construir conhecimentos que mobilizem os cidadãos à participação e a ação consciente em prol do meio ambiente.

O cuidado com o meio ambiente deve ser uma preocupação global, visto que uma ação pode reverberar em diversos locais, criando assim problemas ambientais em níveis mundiais, de modo que “obriga os países a negociar, a legislar de forma a que os direitos e os interesses de cada nação possam ser minimamente limitados em função do interesse maior da humanidade e do planeta” (Brasil, 1997, p. 21). Para atender a tais demandas os países juntamente com a Organização das Nações Unidas (ONU) passaram a realizar eventos e conferências que se intensificaram a partir da década de 70, visando traçar estratégias e ações de enfrentamento às problemáticas ambientais crescentes em equilíbrio com o crescimento econômico das nações. Entre os objetivos da ONU, e da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), está o desenvolvimento e fortalecimento da Educação Ambiental em nível internacional (Holmer, 2020).

No Brasil, a Educação Ambiental foi inserida no currículo da educação básica em 1997 como um tema transversal através da publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) publicados pelo Ministério da Educação (BRASIL, 1997). O documento apresenta orientações educacionais para a prática da Educação Ambiental e sua inclusão nos currículos escolares das redes públicas e privadas, tendo o tema Meio Ambiente a função de “formação de cidadãos conscientes, aptos para decidirem e atuarem na realidade socioambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade, local e global” (Brasil, 1997, p. 25).

Assim, trabalhar a Educação Ambiental nas escolas, como um tema transversal, é de suma importância para a formação crítica desde os anos iniciais. Aprender a zelar e preservar o meio ambiente, criar uma consciência sobre a importância de hábitos que não degradem o meio ambiente deve ser estimulado nas crianças desde novas, para que elas cresçam já habituadas com o tema e se tornem jovens e adultos aptos a tomar decisões informadas e que possam ser atuantes em prol da preservação e da justiça ambiental. Para que isso aconteça as escolas devem incluir em seus Projetos Político Pedagógicos, atividades para serem desenvolvidas ao longo do ano de forma transversal e interdisciplinar, promovendo a Educação Ambiental em todas as etapas da Educação Básica. Diante disso, apresento como problema de pesquisa,

Como a Educação Ambiental está sendo proposta para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental no município de Serra do Ramalho?

Para responder à pergunta da pesquisa, elenco os seguintes objetivos:

Objetivo Geral: Analisar como a Educação Ambiental está sendo proposta para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental no município de Serra do Ramalho.

Objetivos específicos:

- Analisar o Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas de Ensino Fundamental, das comunidades de Serra do Ramalho;
- Compreender em que medida a perspectiva de Educação Ambiental presente nos PPPs aproxima ou distancia da concepção presente no Referencial Curricular do município e documentos oficiais.
- Avaliar as abordagens da EA presentes nos PPPs e sua relação com os documentos analisados.

O interesse em discutir sobre a Educação Ambiental nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental em Serra do Ramalho surge inicialmente das problemáticas contemporâneas, que estão sendo fomentadas nos meios educacionais, na mídia, nos projetos de governo, na sociedade civil e impactos ambientais que vêm sendo verificados no Brasil e no planeta.

Desde a infância, sempre foi algo presente no meu cotidiano, por ter membros da família que trabalham com educação e especialmente a área ambiental. Meu pai, como professor, atuava na escola de forma ativa com a Educação Ambiental, individualmente ou com os estudantes, trabalhando em um processo de arborização na comunidade,

principalmente nos arredores da escola, realizando coleta de lixo nas ruas e sensibilizando a população a não exercer a prática de jogar lixo em espaços públicos; cultivando hortas coletivas, que tinham seus produtos destinados à merenda escolar, entre outras ações.

Com essas vivências tanto no contexto familiar quanto na escola, as questões ambientais sempre permearam a minha vida pessoal e acadêmica. Durante o ensino médio, o interesse se intensificou, despertando a vontade de continuar os estudos nessa linha de pesquisa. Acredito que a Educação Ambiental é essencial desde a infância, para ensinar as crianças a se tornarem cidadãos responsáveis e ativos em ações em prol do meio ambiente. Atualmente, como estudante de licenciatura em Pedagogia, vejo a oportunidade de aprofundar e compartilhar conhecimentos sobre a Educação Ambiental, ao mesmo tempo em que contribuo também para as pesquisas relacionadas ao município em que vivo e a escola que realizei grande parte da minha formação na educação básica, entendendo como é implementada a Educação Ambiental nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental no município de Serra do Ramalho.

Este trabalho se justifica, mediante a relevância do tema na sociedade atual, no entanto, no município de Serra do Ramalho, as pesquisas referentes à implementação da Educação Ambiental na Educação Básica ainda apresentam lacunas. O que justifica academicamente esta pesquisa não só como uma forma de contribuir para o preenchimento dessas lacunas, como também de levar as contribuições do que as escolas do município estão desenvolvendo, enriquecendo o debate e a base teórica no campo da Educação Ambiental, com o ambiente acadêmico.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa, do tipo documental que utilizou do Referencial Curricular; Projetos Políticos Pedagógicos de escolas do município de Serra do Ramalho. Como base teórica desta pesquisa foram utilizados autores como: Dias (2023), Loureiro (2005; 2007), Carvalho (2017), Layrargues e Lima (2012), Holmer (2020) e Veiga (1998), Lei da Política Nacional da Educação Ambiental - PNEA Nº 9.795/1999, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - 9394/96, Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), Base Nacional Comum Curricular - BNCC (2017).

Este texto está organizado em cinco seções: a introdução na primeira sessão, na segunda a fundamentação teórica onde abordo um breve histórico da Educação Ambiental (EA), as macrotendências político-pedagógicas da EA; Bases legais da Educação Ambiental e o Projeto Político Pedagógico. Na terceira sessão será abordada a metodologia, na quarta sessão, os resultados e discussões e por fim, as considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica deste estudo abrange três sessões principais, começando pelo histórico da Educação Ambiental, traçando sua evolução, marcos, eventos significativos, macro-tendências pedagógicas e a influência de políticas internacionais e nacionais na área. Em seguida, apresento o Referencial Curricular Municipal (RCM) de Serra do Ramalho, mostrando como se deu a construção do mesmo e como a Educação Ambiental é abordada em seu texto. Por fim, discuto sobre o PPP das escolas municipais, apresentando o conceito, importância e a sua relação com as propostas pedagógicas que visam promover a formação de sujeitos críticos e intervenientes em sua realidade, quanto às questões ambientais que envolvem.

2.1 Histórico da Educação Ambiental

A Educação Ambiental é entendida na Lei da Política Nacional de Educação Ambiental, 9.795 de 1999 em seu artigo 1º como,

[...] os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (Brasil, 1999).

Ressalta assim a importância de que os cidadãos construam conhecimentos que os habilite à participação consciente e política, contribuindo para repensar as práticas e modos de produção e desenvolvimento, bem como a educação para a ação em prol das pautas ambientais. A lei também define que a Educação Ambiental é componente essencial e deve estar presente em todas as etapas e modalidades da educação básica e superior.

Esse entendimento da importância da Educação Ambiental nem sempre foi presente na realidade social e política do Brasil e do mundo. Muitos foram os acontecimentos e uma iminente crise ambiental que levou as autoridades a um posicionamento diferente a respeito do tema. As décadas de 60 e 70 foram marcadas como o período em que as mudanças estavam começando a acontecer de forma mais efetiva e significativa. Tendo como destaque a publicação do livro *Primavera Silenciosa* da bióloga Rachel Carson publicado em 1962, que alertava sobre os riscos do uso de pesticidas indiscriminados na agricultura, para o meio ambiente e para as espécies viventes e o relatório *The limits of growth* (Os limites do crescimento) pelo Clube de Roma em 1972, que alertou sobre as consequências do uso

ilimitado dos recursos naturais, decorrentes do crescimento acelerado da população mundial (Dias, 2023).

Mediante esses eventos e repercussões, a ONU realizou seu primeiro encontro internacional para discutir a temática ambiental, a Conferência de Estocolmo (Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano) em 1972 reunindo representantes de 113 países, tornando-se assim um marco histórico em busca de soluções para as questões ambientais (Dias, 2023). O autor ainda afirma que, “naquele encontro, ficou decidido que seriam necessárias mudanças profundas nos modelos de desenvolvimento, nos hábitos e comportamentos dos indivíduos e da sociedade, e isso só poderia ser atingido por meio da educação” (Dias, 2023, p. 42). Contudo, analisando a educação da época, ficou evidente que esta não seria suficiente para promover essas mudanças necessárias, surge então assim a Educação Ambiental.

Em 1975, foi realizado o Encontro Internacional de Educação Ambiental em Belgrado, onde foi elaborada a Carta de Belgrado, documento histórico na evolução do ambientalismo e que apresentava os princípios e orientações para que a Educação Ambiental fosse desenvolvida em nível internacional (Dias, 2023). Neste documento, a Educação Ambiental foi idealizada para “tornar possível o desenvolvimento de novos conceitos e habilidades, valores e atitudes, visando a melhoria da qualidade ambiental e, efetivamente, a elevação da qualidade de vida para as gerações presentes e futuras” (UNESCO, 1975).

Já em 1977 foi realizada a Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental em Tbilisi, que para seus próprios organizadores é considerada uma extensão da Conferência de Estocolmo, da qual foram estabelecidas as “definições, os objetivos, os princípios e as estratégias para a Educação Ambiental, que até hoje são adotados em todo o mundo” (Brasil, 1998, p. 30), sendo considerado o evento mais importante para o tema já realizado até hoje.

Entre as principais características da Educação Ambiental definidas sob a ótica de Tbilisi, pode-se destacar que esta ocorra por um processo dinâmico, integrativo, transformador, participativo, abrangente, globalizador e permanente. Levando assim ao entendimento de que a Educação Ambiental é um processo constante, que atua na formação de uma visão crítica do cidadão, nas múltiplas questões que envolve o meio ambiente e que ela extrapola as atividades internas da escola tradicional e deve ser ofertada em todas as etapas da educação básica e superior (Brasil, 1998).

Outros eventos a respeito da Educação Ambiental foram se desdobrando ao longo dos anos, entre eles podemos citar um de suma importância para a Educação Ambiental no Brasil e no Mundo que foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e

Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro em 1992, também conhecida como Rio-92 ou Eco-92. Sendo essa um marco na história “pelo seu significado para a legitimação de uma nova concepção de desenvolvimento” (Jacobi, 2002, p.19). Esta conferência reuniu mais de 30 mil pessoas e tinha por finalidade debater e traçar estratégias para questões relacionadas à temática ambiental.

De acordo com Dias e Salgado (2023), os principais objetivos da CNUMAD eram examinar a situação ambiental no mundo após a Conferência de Estocolmo, recomendar medidas a serem tomadas - nacional e internacionalmente - referentes à proteção ambiental, promover o aperfeiçoamento da legislação ambiental e examinar estratégias de promoção do desenvolvimento sustentável e da eliminação da pobreza nos países em desenvolvimento. Através da conferência, evidenciou-se que um novo modelo de desenvolvimento, o desenvolvimento sustentável deveria ser buscado. Para tanto, foi implementada a Agenda 21, como um plano de ação que busca a sustentabilidade humana, oportunizada por meio da Educação Ambiental.

Como desdobramento da CNUMAD, dez anos após a sua realização, acontece em Johannesburgo na África do Sul, promovida pela ONU a Conferência da Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável também conhecida como Rio +10, por ter ocorrido dez anos após a Rio 92. Segundo Holmer (2020, p. 20), esta conferência visava “avaliar a implementação das convenções e dos compromissos acordados na Rio-92, especialmente, a Agenda 21”, que resultou em uma Declaração Política e um Plano de Implementação. Como resultado principal, “foi o compromisso, assinado pelos países, de reduzir pela metade até 2015 o número de pessoas que não têm acesso à água potável e ao saneamento básico” (Jacobi, 2002, p. 19). Porém, de acordo com o autor, apesar dos avanços obtidos, as questões mais relevantes sobre clima e energia não foram tratadas adequadamente, reduzindo significativamente as expectativas pós Rio-92, com o fracasso da conferência Rio +10 (Jacobi, 2002).

No cenário mundial onde mudanças eram necessárias, a ONU e a UNESCO implementam a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014) e como forma de materializar o compromisso político com o desenvolvimento sustentável foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +20) no Rio de Janeiro em 2012 (Holmer, 2020). De acordo com Dias (2003), a Rio +20 foi a maior conferência da ONU sobre Meio Ambiente na história contando com 110 mil pessoas, delegações de 188 países, 100 chefes de Estado. O objetivo desse encontro era avaliar os avanços e retrocessos das metas estabelecidas na Rio-92 e teve como pauta central a

economia verde “como potencial solução para os desafios do desenvolvimento sustentável” (Guimarães; Fontoura, 2012, p. 519 apud Holmer, 2020).

A discussão inicial a respeito da Educação Ambiental de acordo com Layrargues e Lima (2014, p. 25) “aparece ao grande público não especializado, como se fora um objeto único, apesar de se constituir como um campo de saber e de práticas internamente diversificado”. Ao ser reduzido perde suas características diversas, porém, de acordo com os autores, para os educadores ambientais das primeiras gerações este campo já é multifacetado e composto por diferentes correntes político-pedagógicas que acabam por apresentar algumas semelhanças, resultando assim nas macrotendências político pedagógicas da Educação Ambiental.

2.1.1 Macrotendências político pedagógicas da Educação Ambiental

A Educação Ambiental enquanto campo educacional, se intersecciona com outras áreas do conhecimento e por seu caráter interdisciplinar e transversal dialoga com o campo do currículo, das políticas públicas e da educação. No Brasil a Educação Ambiental sofre a influência dos acontecimentos históricos e o que ensinar, sempre esteve atrelado aos contextos políticos, econômicos, sociais e ambientais. Isto levou os teóricos a adjetivar a EA, o que proliferou concepções sobre o campo e disputas na sua apropriação. Layrargues e Lima (2014), reúne em três macrotendências político pedagógicas, mais de 14 tendências apontadas na trajetória curricular da EA: a macrotendência conservacionista, a pragmática e a crítica.

A Educação Ambiental no Brasil, antes da década de 90, seguia um caráter conservacionista que se caracteriza por vincular-se “aos princípios da ecologia, na valorização da dimensão afetiva em relação à natureza e na mudança do comportamento individual em relação ao ambiente” (Layrargues e Lima, 2014, p. 30), o que deu margem às práticas pedagógicas que valorizavam as aulas de campo, visando à contemplação de ambientes naturais, sem no entanto instigar a uma visão crítica daquela realidade em análise, se limitando a uma concepção ingênua e romantizada da natureza intocada, como única verdade a ser aprendida.

A partir da década de 90, novas tendências começaram a ganhar forças, entre elas a Pragmática. A macrotendência Pragmática engloba as correntes do Desenvolvimento Sustentável¹, definido como, modelo de desenvolvimento “capaz de garantir as necessidades

¹ Conceito publicado no Relatório Brundtland em 1987 no documento “Our common future” na Inglaterra e nos EUA, pela Oxford University Press e em 1988, pela Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, sob o nome “Nosso Futuro Comum” (Scotto, Carvalho e Guimarães, 2007).

do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras atenderem às suas” (CMMAD,1988).

Layrargues e Lima (2014) definem que é característico desse cenário pragmático a dominância da lógica do mercado sobre as outras esferas sociais, a preocupação com a produção de resíduos sólidos e uma perspectiva que o meio ambiente é uma coleção de recursos naturais que estão se esgotando e deve ser evitado desperdícios, mas não problematiza e não questiona as formas de produção da indústria.

Desse modo, essa macrotendência acaba por deixar de lado questões políticas e sociais, se importando majoritariamente com os interesses do mercado. Reafirma o discurso de “que cada um tem que fazer a sua parte e consumo de modo sustentável” e fortalece o viés comportamentalista da EA, que responsabiliza o indivíduo a “salvar o planeta”, mas invisibiliza a parcela de responsabilidade das indústrias poluidoras, dos grandes empreendimentos agrícolas responsáveis pela carga de agrotóxicos no meio, muitos deles já proibido em outros países; das grandes potências mundiais e agências multilaterais que continuam com seus projetos ditos sustentáveis, mas que não reflete na realidade socioambiental do planeta.

Ao incentivar a adoção nos meios educativos, da política dos 3 Rs: reduzir, reutilizar e reciclar, com ênfase na reciclagem, incentiva o consumismo, mola propulsora da indústria. Consumir e reciclar, parece atuar sobre o coletivo social, substituindo o sentimento de que está contribuindo para a exploração dos recursos naturais, pelo sentimento de que ao reciclar prolonga o tempo do resíduo no sistema e o reintroduz com menor impacto ao meio ambiente. É aparentemente sustentável, mas estimula o consumismo exacerbado, o que torna sem efeito a ação do reciclar.

As tendências Conservacionista e Pragmática partem da mesma linha de pensamento que para Layrargues e Lima (2014) trata-se de uma derivação evolutiva que se adapta a um novo contexto econômico e social. Em contrapartida, a macrotendência Crítica vem em oposição às tendências conservadoras. Para os autores citados, essa macrotendência busca “contextualizar e politizar o debate ambiental, problematizar as contradições dos modelos de desenvolvimento e de sociedade” (p. 33).

A macrotendência crítica, possui um forte viés sociológico e político, insere em sua pauta de discussão “o enfrentamento político das desigualdades e da injustiça socioambiental” (Layrargues e Lima, 2014, p. 33). A Educação Ambiental Crítica entende que a questão ambiental não irá encontrar respostas em soluções reducionistas (Layrargues e Lima, 2014). Os autores explicitam que as correntes da EA pertencentes a esta tendência se constroem em

oposição às tendências e correntes conservadoras e que estas procuram “contextualizar e politizar o debate ambiental, problematizar as contradições dos modelos de desenvolvimento e de sociedade” (Layrargues e Lima, 2014, p. 33).

Segundo Reigota,

a Educação Ambiental como educação política está comprometida com a ampliação da cidadania, da liberdade, da autonomia e da intervenção direta dos cidadãos e das cidadãs na busca de soluções e alternativas que permitam a convivência digna e voltada para o bem comum (Reigota, 2010, p. 13).

O autor ainda afirma que é princípio da Educação Ambiental como educação política - assim como é defendido pela macrotendência crítica -, que esta seja questionadora das certezas absolutas e dogmáticas, que desenvolva metodologias e temáticas para possibilitar novas descobertas e vivências e que esta também é inovadora quando relaciona os conteúdos e as temáticas ambientais com a vida cotidiana (Reigota, 2010).

De acordo com Loureiro (2007, p. 66), a marca principal da macrotendência crítica “está em afirmar que, por ser uma prática social como tudo aquilo que se refere à criação humana na história, a educação ambiental necessita vincular os processos ecológicos aos sociais na leitura de mundo, na forma de intervir na realidade e de existir na natureza”. Esta tendência cresceu significativamente na última década, principalmente no âmbito acadêmico, e que está no centro das disputas com a macrotendência pragmática.

2.2 Referencial Curricular Municipal de Serra do Ramalho

O Referencial Curricular Municipal para Educação Infantil e Ensino Fundamental de Serra do Ramalho é um documento que orienta a prática educativa nas escolas da rede municipal, tendo sua finalidade definida como “nortear o processo de ensino e aprendizagem no município assegurando a sua diversidade e singularidade, bem como também a multiculturalidade presente no território Velho Chico e no Estado da Bahia” (Prefeitura Municipal de Serra do Ramalho, 2020, p. 7). Sendo assim, é o responsável por direcionar parte da Educação Básica no município nos anos seguintes.

Para Silva (1996, p. 23), o currículo pode ser definido como

[...] um dos locais privilegiados onde se entrecruzam saber e poder, representação e domínio, discurso e regulação. É também no currículo que se condensam relações de poder que são cruciais para o processo de formação de subjetividades sociais. Em suma, currículo, poder e identidades sociais estão mutuamente implicados. O currículo corporifica relações sociais.

Assim sendo, o Referencial Curricular do município é um documento que não apenas definirá quais são os conteúdos a serem ministrados, como também orienta as práticas pedagógicas, os métodos de ensino e avaliação. Com isso, desempenha um papel importante na construção das identidades sociais dos estudantes e na perpetuação das relações de poder, sendo um elemento central para entender a educação ofertada na rede.

O processo de construção do Referencial Curricular do município, se iniciou em 2018 com um estudo da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e suas unidades de ensino, a qual orientaria a sua construção. No ano de 2019, os esforços para a elaboração do Referencial se intensificaram, com o objetivo de alinhamento com o Referencial Curricular do Estado da Bahia aprovado, garantindo que o currículo municipal esteja em consonância com as orientações estaduais e nacionais (Prefeitura Municipal de Serra do Ramalho, 2020).

Durante o processo de elaboração do Referencial, houve a participação dos profissionais da educação do município através de grupos de trabalho. O município realizou também a escuta de professores, coordenadores, gestores, alunos e comunidade escolar, com o objetivo de construir um currículo que respeitasse e valorizasse os saberes locais e promovendo uma educação significativa para todos os alunos (Prefeitura Municipal de Serra do Ramalho, 2020).

O Referencial Curricular Municipal de Serra do Ramalho é estruturado para abordar diferentes etapas e modalidades da educação básica e integrar os temas transversais fundamentais, entre eles o meio ambiente. Essa abordagem abrangente objetiva formar cidadãos críticos e conscientes, capazes de atuar de maneira responsável e participativa na sociedade. Além de assegurar os direitos de aprendizagem, autonomia pedagógica, responsabilidade socioeducacional, atitudes formacional, criativa e protagonismo institucional para todos os estudantes (Prefeitura Municipal de Serra do Ramalho, 2020).

O currículo escolar é um dos meios para que a Educação Ambiental, como tema transversal, possa ser trabalhada nas escolas. Para Effting (2007, p. 27), “a escola é o espaço social e o local onde o aluno será sensibilizado para as ações ambientais e fora do âmbito escolar ele será capaz de dar sequência ao seu processo de socialização”. Nesse contexto, o Referencial Curricular assume um papel crucial, pois orienta a inserção da Educação Ambiental de forma integrada e interdisciplinar e possibilitando o enriquecimento do ensino.

O Referencial Curricular Municipal para Educação Infantil e Ensino Fundamental de Serra do Ramalho atua como um norteador no processo educacional do município, contudo, prevê que cada uma das escolas pertencentes a rede tenham sua progressiva autonomia para conjugar outras experiências curriculares, pertinentes e relevantes (Prefeitura Municipal de

Serra do Ramalho, 2020). Essas ações devem estar presentes nos Projetos Políticos Pedagógicos das instituições e nas ações pedagógicas desenvolvidas nas mesmas.

2.3 Bases legais da Educação Ambiental e o Projeto Político Pedagógico

Para além do Referencial Curricular do município, outro importante documento para nortear a implementação das práticas pedagógicas nas escolas são os Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs). A Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394, de 1996) no artigo 12, inciso 1 define que “os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica” (BRASIL, 1996).

Para Veiga (1998a) este preceito legal está sustentado na ideia de que a escola deve assumir como uma de suas principais tarefas a reflexão a respeito da sua intencionalidade pedagógica. A autora ainda apresenta que apesar da terminologia empregada na lei – proposta pedagógica, plano de trabalho ou projeto pedagógico –, estes estão relacionados a organização do trabalho pedagógico realizado nas instituições. Sendo assim, é responsabilidade de cada escola elaborar juntamente com a comunidade escolar o seu projeto político-pedagógico, executá-lo, avaliá-lo periodicamente e realizar mudanças caso sejam necessárias.

Veiga (1998a), define que o PPP "explicita os fundamentos teórico- metodológicos, os objetivos, o tipo de organização e as formas de implementação e avaliação da escola " (p. 13). A autora em outro texto argumenta que,

o projeto político-pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas. O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola (Veiga, 1998b, p.11).

Como evidenciado por Veiga, não é apenas escrever o projeto e por fim não o aplicar no desenvolvimento das propostas e atividades pedagógicas da escola, o mesmo não deve ser visto apenas como uma formalidade para se cumprir o que está previsto na lei.

Veiga (1998b) ainda aponta que os aspectos políticos e pedagógicos possuem caráter indissociáveis. Para a autora “todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária” (p. 12). Dessa forma, evidencia-se a importância de todos os segmentos da escola na construção do PPP, é importante que haja a participação efetiva dos gestores, coordenadores, professores, funcionários da escola, alunos e outros

membros da comunidade local para que sejam levados em conta os interesses de todos os envolvidos no processo educacional.

A inclusão da Educação Ambiental no Projeto Político Pedagógico (PPP) é essencial para garantir que o tema seja trabalhado nas escolas e que este tema também esteja respaldado pela legislação e documentos oficiais. Desta maneira, no que tange a legislação brasileira sobre Educação Ambiental, a Constituição Federal (CF) de 1988 em seu capítulo VI, referente ao Meio Ambiente, aponta no artigo 225 que

[...] todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (Brasil, 1988).

Assim passou a ser uma obrigação do governo trabalhar e executar medidas que garantam a preservação do meio ambiente, assegurando assim os direitos não só dos cidadãos do presente, como também de suas futuras gerações. Dias (2023) afirma que a CF de 88 é “considerada uma constituição de vanguarda em relação à questão ambiental”. E, a partir dela, outros documentos abordaram a temática ambiental.

Em consonância com o estabelecido pela CF de 88, temos a Lei n° 9.795, de 27 de abril de 1999 que dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental. A Lei reafirma a previsão constitucional de que a Educação Ambiental deve ser componente essencial e permanente durante todo o processo educacional. Ademais, define que as instituições educativas devem promover a Educação Ambiental de maneira integrada em seus programas educacionais, que essa possua uma perspectiva interdisciplinar e que sua abordagem seja articulada com as questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais (Brasil, 1999).

Para Carvalho (2017, p. 125), “assumir uma postura interdisciplinar como abertura a novos saberes é situar-se intencionalmente na contracorrente da razão objetificadora das instituições” e completa dizendo que

[...] ao perfilar-se nos caminhos híbridos do conhecimento e da impertinência, a EA desperta enorme expectativa renovadora do sistema de ensino, da organização e dos conteúdos escolares, convidando a uma revisão da instituição e do cotidiano escolar mediante os atributos da transversalidade e da interdisciplinaridade (Carvalho, 2017, p. 125).

Desse modo, a proposta dos PCN's, vem inserir no sistema de ensino o tema meio ambiente como tema transversal, valorizando o cotidiano da escola, permitindo a contextualização das problemáticas ambientais da realidade regional e local. A interdisciplinaridade, é proposta com o fim de promover a conversa entre as áreas do

conhecimento, instigando o discente a compreender as suas interrelações visando uma aprendizagem significativa.

Com a publicação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2017, este documento passou a nortear os currículos escolares da Educação Básica. Segundo Branco, Royer e Branco (2018) na terceira e última versão da BNCC, assim como na primeira versão, o documento não contempla o termo Educação Ambiental. Os autores ainda apresentam que a discussão sobre a temática teve aumento significativo da primeira para a segunda versão, no entanto para na terceira versão já houve uma diminuição expressiva no número de páginas e na abordagem relacionada a Educação Ambiental (Branco; Royer; Branco, 2018).

Em sua versão final, a BNCC estabelece o compromisso com o letramento científico dos estudantes e enfatiza que as escolas devem trabalhar com os princípios da sustentabilidade, a preservação do meio ambiente e dos recursos. O documento define que se espera “possibilitar que esses alunos tenham um novo olhar sobre o mundo que os cerca, como também façam escolhas e intervenções conscientes e pautadas nos princípios da sustentabilidade e do bem comum” (Brasil, 2017, p. 321). A BNCC, assim como os PCNs, não estabelece que a Educação Ambiental seja trabalhada como disciplina, mas que esta seja transversal e interdisciplinar.

Através dos principais documentos que regem a Educação Ambiental nota-se que não se trata apenas de ensinar conceitos ecológicos e sim promover um aprendizado reflexivo e com criticidade que instigue à ação participativa.

No contexto da Educação Ambiental, é de suma importância que o PPP inclua diretrizes e objetivos para a formação de sujeitos críticos frente às problemáticas ambientais locais e globais, e que para tal envolva a comunidade escolar e realize a organização curricular objetivando incluir conhecimentos, saberes e práticas ambientalmente orientadas. Desse modo, “a educação ambiental cumpre importante papel, podendo ressignificar os tempos e espaços escolares e apontar trilhas transformadoras a serem percorridas na escola e na comunidade” (Brasil, 2009, p. 8), tanto na dimensão pedagógica quanto política.

Até a década de 1980, existia a visão, ainda presente em alguns discursos, que à Educação Ambiental “caberia exclusivamente o ensino de conteúdos e conhecimentos biológicos, destacadamente os de cunho ecológico, a transmissão de condutas ecologicamente corretas e a sensibilização individual para a beleza da natureza, levando-nos a mudar de comportamento” (Loureiro, 2007, p. 67). O autor afirma que esse pensamento ignora os processos de aprendizagem, visto que não é somente uma mudança de comportamentos, mas também de atitudes, habilidades e valores. A Educação Ambiental, deve assim, compreender

não apenas a transmissão de conhecimentos baseada na ciência Ecologia, mas a problematização das questões ambientais, buscando uma transformação social que leve em consideração o contexto social e histórico vivenciado pelos estudantes.

Na visão de Dias (2023),

A Educação Ambiental deve proporcionar aos cidadãos os conhecimentos científicos e tecnológicos e as qualidades morais necessárias que lhes permitam desempenhar um papel efetivo na preparação e no manejo de processos de desenvolvimento, que sejam compatíveis com a preservação do potencial produtivo, e dos valores estéticos do meio ambiente (p. 370).

Posto isso, evidencia mais uma vez que a escola como responsável pela formação desse cidadão que conviverá em sociedade deve trabalhar com esse tema transversal e inseri-lo em seu PPP, desenvolvendo tanto a compreensão técnica dos problemas ambientais quanto o compromisso moral e estético de preservação, promovendo assim uma sociedade mais atuante e participativa no enfrentamento das problemáticas ambientais.

Apesar da compreensão a respeito da importância da Educação Ambiental para o meio educacional e sociedade em geral, Carvalho (2017) afirma que a mesma está longe de ser uma síntese apaziguadora dos conflitos atuais e complementa dizendo que,

[...] apenas uma visão ingênua tenta sugerir que a boa intenção de respeitar a natureza seria premissa suficiente para fundamentar nova orientação educativa apta a intervir na atual crise ecológica – que implica o questionamento e a disputa dos territórios do conhecimento – e social – relativa ao rumo das relações entre sociedade e natureza e suas consequências para nossos projetos e condições de existência no mundo (Carvalho, 2017, p. 156).

Deste modo vale o questionamento qual o sentido da Educação Ambiental centrada unicamente no comportamento dos sujeitos? Esta EA realmente irá promover mudanças no contexto mais amplo das relações que envolvem não só a ação individual dos cidadãos, mas uma ação conjunta, onde governo e sociedade civil, setor industrial e demais setores que envolvem, busquem juntos uma solução para a crise ambiental? Estas são questões que devemos analisar, visto que as decisões sobre os rumos do desenvolvimento econômico, não estão nas mãos unicamente do cidadão comum, mas de toda uma rede de poder, que age na contramão da urgente necessidade de se rever a forma de intervenção sobre o modo de gerir os rumos do desenvolvimento levando em conta os limites de suporte da Terra.

3 METODOLOGIA

A presente metodologia traça os caminhos da pesquisa relacionada a Educação Ambiental nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental no município de Serra do Ramalho. Ao realizar uma pesquisa “é preciso promover o confronto entre os dados, as evidências, as informações coletadas sobre determinado assunto e o conhecimento teórico acumulado a respeito dele (Ludke e André, 1986, p. 1). Dessa forma, buscar-se-á levantar dados sobre a temática estudada e analisá-los e confrontá-los através da base teórica e dos aparatos legais que regem a Educação Ambiental no Brasil.

Este estudo, pautou-se em uma abordagem qualitativa a qual “responde a questões muito particulares. Ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (Minayo, 2009 p. 21). Assim ao utilizar dessa abordagem é possível explorar e compreender os fenômenos educacionais complexos, em específico a Educação Ambiental, de maneira profunda e contextualizada.

Para Marconi e Lakatos (2022, p. 298), o objetivo das pesquisas de abordagem qualitativa é “obter uma compreensão particular do objeto que investiga. Como focaliza sua atenção no específico, no peculiar, seu interesse não é explicar, mas compreender os fenômenos que estuda dentro do contexto em que aparecem” (Marconi; Lakatos, 2022, p. 298). Partindo desse ponto, essa abordagem permitirá explorar de modo mais profundo como a Educação Ambiental está proposta nas escolas do município de Serra do Ramalho, capturando nuances e particularidades que não seriam plenamente acessíveis através de métodos quantitativos.

Ao coletar os dados para analisar como a Educação Ambiental no Município está proposta para os Anos Iniciais, pode-se identificar, como unidade significativa, o modo que esta é compreendida no ambiente escolar. A partir disso, é possível elencar os principais desafios e as potencialidades que estão presentes nesse espaço e assim contribuir para o aprimoramento das atuais e de novas estratégias pedagógicas para a Educação Ambiental nesse nível da Educação Básica.

3.1 Universo da Pesquisa

O lócus da pesquisa é o município de Serra do Ramalho, no Oeste baiano a 819,5 km da capital Salvador. Está localizado à margem esquerda do Rio São Francisco, situando-se entre o rio e a serra de mesmo nome, sua extensão territorial é de 2.593,4 km². A cidade surgiu a partir do Projeto Especial de Colonização (PEC) de Serra do Ramalho. Foi implantado em 1973 e era organizado em agrovilas com lotes para moradia e parcelas rurais

tendo como objetivo reassentar as famílias que foram desabrigadas de suas cidades para a construção da Barragem de Sobradinho – BA (UFBA, 2024). Antes da emancipação política no ano de 1989, o território de Serra do Ramalho pertencia a Bom Jesus da Lapa.

O município de Serra do Ramalho é composto por 20 agrovilas, numeradas de 01 a 22, com exceção das de números 15 e 16, organizadas em dois eixos: ímpar e par. A sede do município, localizada na Agrovila 09, é o único espaço considerado urbano. Além disso, o município conta com 31 povoados distribuídos pelo território. Possui três comunidades tradicionais reconhecidas como quilombolas: Barreiro Grande, Água Fria e Pambú/Araçá.

Atualmente, o município possui 34.222 habitantes (IBGE, 2022) e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,595, o qual é considerado baixo. De acordo com Neves e Feitosa (2019), as principais fontes de renda de Serra do Ramalho se originam da agricultura, pecuária, comércio, aposentadorias, serviços autônomos e públicos.

Em relação aos aspectos educacionais, a rede municipal de educação do município conta com 41 (quarenta e uma) escolas e creches em atividade, oferecendo Educação Infantil e Ensino Fundamental. Destas, 4 (quatro) escolas oferecem apenas Educação Infantil, enquanto uma escola oferece exclusivamente os Anos Finais do Ensino Fundamental. Assim, os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, recorte dessa pesquisa, são ofertados em 35 (trinta e cinco) escolas, localizadas na sede, no campo ou em comunidades quilombolas. Além disso, o município conta com uma escola estadual na sede, que oferece Ensino Médio, e uma escola privada, que oferece Educação Infantil e Ensino Fundamental (Prefeitura Municipal de Serra do Ramalho, 2024).

De acordo com os dados do Censo Escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o município no ano de 2024 obteve 6.489 (seis mil quatrocentos e oitenta e nove) matrículas na Educação Infantil e Ensino Fundamental. Dos quais 2.541 (dois mil quinhentos e quarenta e um) estão regularmente matriculados nos Anos Iniciais, sendo 1.830 (mil oitocentos e trinta) alunos das comunidades do campo ou quilombola e 711 (setecentos e onze) na sede do município (Brasil, 2024).

3.2 Abordagens teórico metodológicas

A pesquisa realizada é de cunho documental, segundo Gil (2019), documento é “um termo que pode ser utilizado para designar qualquer coisa que possibilita conhecer outras coisas. Corresponde, portanto, a qualquer informação registrada em algum suporte” (p. 163),

podendo ser incluso nessa categoria leis e regulamentos, cartas, jornais, arquivos escolares e outros. Ainda de acordo com Gil (2008),

[...]a pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. [...] Nesta categoria estão os documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas, tais como associações científicas, igrejas, sindicatos, partidos políticos etc (p. 45-46).

Desse modo, utilizou-se de documentos para o levantamento dos dados sobre o tema pesquisado, sendo eles o Referencial Curricular do Município de Serra do Ramalho e Projetos Políticos Pedagógicos das escolas das comunidades.

Foram analisados PPPs de dez escolas do município, sendo uma escola do espaço urbano, uma escola de comunidade quilombola e oito de escolas do campo. Cada PPP analisado recebeu uma identificação de **P01 a P10**, seguidas da letra “**C**” para a escola do campo, da letra “**Q**” para a escola quilombola ou pela letra “**S**” para a escola da sede do município.

Ludke e André (1986, p. 39) elencam vantagens para o uso de documentos ao se realizar uma pesquisa. Entre elas citam que os documentos constituem uma fonte estável e rica, podendo serem consultados várias vezes o que resulta em mais estabilidade para os resultados obtidos e por fim que esses documentos se apresentam como uma fonte “natural” de informação, sendo essas informações contextualizadas e que ainda fornecem elementos a respeito desse determinado contexto. Outro ponto destacado pelas autoras a respeito da pesquisa documental é que a escolha dos documentos a serem utilizados não é de forma aleatória e sim visando responder as questões levantadas.

Nesta pesquisa, os documentos são fontes primárias de geração de dados. Segundo Jiménez, Flores e Gómez (1994, p. 181, tradução nossa) um dado “pode ser definido como uma elaboração primária que nos informa sobre a existência de uma realidade, suas propriedades ou o grau em que estas se manifestam”, ou seja, os dados precisam de uma interpretação e um contexto para que se torne significativo. Para Calado e Ferreira (2004),

[...]os documentos são fontes de dados brutos para o investigador e a sua análise implica um conjunto de transformações, operações e verificações realizadas a partir dos mesmos com a finalidade de se lhes ser atribuído um significado relevante em relação a um problema de investigação (p. 3).

Esse processo de análise é essencial para transformar os dados obtidos nas pesquisas em informações significativas para a área estudada.

Para Calado e Ferreira (2004, p. 3) “a análise de documentos pode, então, ser interpretada como sendo constituída por duas etapas: uma primeira de recolha de documentos e uma segunda de análise dos dados”. Como já citado, os documentos utilizados nessa pesquisa são o Referencial Curricular Municipal e os PPPs, objetivando assim entender como se estrutura a Educação Ambiental a nível municipal e como esta é organizada em cada comunidade levando em consideração seus contextos e suas especificidades, respectivamente.

Para a análise dos dados foi utilizada a técnica de triangulação, no sentido aqui empregada é definida como uma técnica que,

[...]prevê dois momentos distintos que se articulam dialeticamente, favorecendo uma percepção de totalidade acerca do objeto de estudo e a unidade entre os aspectos teóricos e empíricos, sendo essa articulação a responsável por imprimir o caráter de cientificidade ao estudo. (Marcondes; Brisola, 2014, p. 203).

Ao adotar essa técnica garante-se que as diferentes perspectivas teóricas e os dados obtidos se complementem proporcionando assim uma visão mais integrada a respeito do fenômeno pesquisado.

De acordo com Marcondes e Brisola (2014),

na Análise por Triangulação de Métodos, está presente um *modus operandi* pautado na preparação do material coletado e na articulação de três aspectos para proceder à análise de fato, sendo que o primeiro aspecto se refere às informações concretas levantadas com a pesquisa, quais sejam, os dados empíricos [...]; o segundo aspecto compreende o diálogo com os autores que estudam a temática em questão; e o terceiro aspecto se refere à análise de conjuntura, entendendo conjuntura como o contexto mais amplo e mais abstrato da realidade (p. 204).

Desse modo, permitiu uma análise contextualizada dos dados relacionados a Educação Ambiental para os Anos Iniciais, onde os dados obtidos através dos documentos curriculares e dos PPPs são enriquecidos pelo suporte teórico e pelo contexto educacional de Serra do Ramalho. Nessa conjuntura, possibilitou o entendimento sobre o modo que a Educação Ambiental está proposta no município, como as comunidades o expressam em seus PPPs e em que medida esses projetos se aproximam ou distanciam da proposta dos documentos oficiais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados da pesquisa sobre a Educação Ambiental para os Anos Iniciais no município de Serra do Ramalho foram obtidos por meio da análise do Referencial Curricular Municipal e Projetos Políticos Pedagógicos das escolas do município. A maior incidência de

projetos de escolas do campo acontece pelo fato da maioria das escolas que ofertam os anos iniciais localizarem-se na área rural do município.

Para a organização desta pesquisa foram consideradas cinco categorias de análise, sendo elas: 1) Aportes legais para a Educação Ambiental; 2) espaço e infraestrutura; 3) concepções e conceitos de Educação Ambiental; 4) propostas e práticas pedagógicas e 5) relação escola x comunidade.

Cada escola cria suas estratégias, objetivos e metas para a implementação ao longo dos anos de vigência destes projetos utilizando os documentos norteadores do município como base, mas também levando em consideração a realidade do seu contexto local. Aqui analisaremos como a Educação Ambiental é proposta nessas escolas e conseqüentemente no município de um modo geral, a partir do que está expresso nos documentos escolares.

4.1 Aportes legais para a Educação Ambiental

No que tange a Educação Ambiental, o município utiliza como base legal para fundamentar a sua proposta a Lei Federal nº 9.795/1999 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências, a Resolução nº 2/2012 CNE/CP que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental e a Lei Estadual nº 12.056/2011 que Institui a Política de Educação Ambiental do Estado da Bahia e dá outras providências. Outros aspectos relacionados ao tema e também presentes no Referencial se baseia na BNCC e teóricos que discutem sobre o assunto.

O Referencial Curricular Municipal define que a Educação Ambiental deve ser trabalhada como um dos temas integradores em todas as etapas e modalidades educacionais, tendo como objetivo “orientar e universalizar as discussões ambientais a serem discutidas e trabalhadas nas unidades escolares do município de Serra do Ramalho” (Prefeitura Municipal de Serra do Ramalho, 2020, p. 51). Ainda segundo o documento norteador do município, a Educação Ambiental não deve se restringir aos muros das escolas e que as ações devem ser pensadas também para a comunidade como um todo, além de estar presentes nas discussões de todas as áreas dos saberes das instituições de ensino.

Essa definição e organização por parte do município se adequa ao que está previsto no segundo artigo da Lei nº 9.795 que diz que “a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal” (Brasil, 1999). A lei também estabelece que todas as instituições educativas trabalhem o tema de forma

integrada aos seus programas educativos. A legislação brasileira ainda defende que a Educação Ambiental deve ser trabalhada como um tema transversal, interdisciplinar e obrigatório, reconhecendo a urgência da temática diante do contexto nacional e mundial.

Nesta primeira categoria que discute os aportes legais e teóricos sobre a Educação Ambiental em Serra do Ramalho, através da análise dos PPP's identificamos três documentos norteadores que abordam a temática, sendo eles a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e o Referencial Curricular do Município de Serra do Ramalho.

A Lei nº 9.795/99 determina que “os estabelecimentos de ensino devem adequar seus currículos escolares e complementar a formação dos seus professores com a dimensão ambiental, sob pena de não serem autorizados a funcionar” (Mello e Trajber, 2007, p. 29). Porém essa penalidade não compreende os casos de omissão, de modo que a lei é de suma importância para garantia desse direito nas escolas, de modo que “a atribuição do professor em assumir a educação ambiental na escola é o mais puro exercício de cidadania” (Mello e Trajber, 2007, p. 30).

Dos dez projetos analisados na pesquisa, oito apresentam as competências gerais da BNCC que devem ser desenvolvidas ao longo da educação básica. No que tange a temática da Educação Ambiental, o documento prevê que durante esta etapa os estudantes devem aprender argumentar para defender “decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global” (Brasil, 2017) e agir pessoal e coletivamente com responsabilidade com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. Essas competências são reforçadas no Referencial Curricular Municipal nas “Competências Gerais para a Educação do Campo”.

Ponto importante a ser destacado é que embora as competências sejam citadas em maioria dos projetos, o único que descreve em seu texto a maneira em que estas serão trabalhadas de acordo com a realidade da comunidade é no projeto da escola E08S que determina em seus objetivos específicos:

Formar educandos para a diversidade sociocultural, práticas solidárias e comprometidas com a preservação do meio ambiente” e “Capacitar os educandos na utilização da tecnologia para melhoria da qualidade de vida do ser humano e do meio ambiente (Escola E08S).

Quanto às competências para a Educação do Campo em Serra do Ramalho, estabelecidas no Referencial Curricular Municipal, estas estão presentes em todos os projetos

das escolas pertencentes a este espaço. Define que os estudantes devem desenvolver conhecimentos socioambientais e reconhecer a necessidade de produzir de maneira sustentável no sentido de contribuir com a manutenção adequada dos recursos naturais e também tomar decisões com princípios sustentáveis que favoreça todos os membros da comunidade e o cuidado com o meio ambiente (Prefeitura Municipal de Serra do Ramalho, 2020). Porém apesar da citação estar presente nos PPPs, as competências não são apontadas de maneira específica em cada um dos projetos.

No que se refere a LDBEN e que se engloba na temática da Educação Ambiental, as escolas E04C, E09C e E10C apresentam, entre seus princípios norteadores, o artigo 32 parágrafo 2º que exige para o Ensino Fundamental “a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade” (Brasil, 1996), sem, no entanto, se aprofundarem no tema.

O projeto da escola E03C, amparado no artigo 28 da referida lei, prevê que o currículo de uma escola do campo deve ser adaptado à realidade dos seus estudantes e da sua localidade, entre essas questões inclui a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e as condições climáticas.

Deste modo, a escola ao adequar seu cronograma respeitando as especificidades locais vai proporcionar condições àqueles que não podem se adequar às exigências da escola urbana, o que representa um avanço no propósito de fixar o cidadão do campo no campo.

4.2 Espaço e infraestrutura das escolas

A segunda categoria aqui discutida é a de espaço e infraestrutura das escolas no município de Serra do Ramalho. De acordo com Garcia (2014), entre os vários fatores que influenciam o aprendizado dos alunos está a infraestrutura da escola. Para o autor, esta é “como um sistema de elementos estruturais, inter-relacionados, que inclui o edifício escolar, as instalações, os equipamentos e os serviços necessários para garantir o funcionamento da escola e impulsionar a aprendizagem do aluno” (p. 139). Para Walden (2009 *apud* Garcia, 2014, p. 140), “a arquitetura atua sobre os indivíduos através da percepção dos sons, das cores e das formas, do sentir e cheirar, dos materiais e das superfícies, do calor e do frio, da sensação de equilíbrio e de movimento”. Entende-se assim que um espaço escolar bem planejado e equipado pode criar um ambiente de aprendizagem mais eficaz e estimulante.

Na sua tese, Aguiar (2021) apresenta como tema principal a Ambientalização Curricular, proposta que considera como elementos curriculares e aos quais devem ser dadas igual importância, o espaço, o currículo e a gestão. Enfatizando o espaço físico considera que,

Pensar o espaço físico da escola como elemento curricular é também pensar esse espaço como ambiente pedagógico. Ao pensar em como esse espaço pode contribuir para educar ambientalmente, logo se reporta a um espaço arborizado, interna e externamente, ambientado para oferecer experiências de aprendizagem ao ar livre, com quadra esportiva, amplas e arejadas salas de aulas e com boa acústica, com mobiliário ergonômico adequado, banheiros inclusivos, oferta de água potável e energia com tecnologia para o uso ecológico dos recursos, rampas de acessibilidade para deficientes físicos, refeitório, biblioteca com vasta bibliografia, áreas de recreação segura e confortável entre outras características (Aguiar, 2021, p.136).

As escolas das comunidades analisadas sinalizam em seus PPPs as condições do espaço onde se localiza as escolas e qual a infraestrutura destas. As escutas realizadas com os professores, funcionários, estudantes e famílias evidenciam muitos dos pontos em que são necessárias melhorias para o conforto de todos que frequentam as escolas, principalmente os estudantes. De dez escolas analisadas, apenas duas (E05C e E07Q) não abordam a temática. Entre as oito escolas que discutem a questão da infraestrutura, sete destacaram a importância de que houvesse a instalação de ar-condicionado nas salas de aula. O município se localiza em uma região de elevadas temperaturas, que em grande parte do ano estão em torno de 35° a 40° graus e por esse motivo é importante que os ambientes estejam em uma temperatura agradável. Todas essas escolas se localizam no campo, enquanto a escola E08S, única que se localiza na sede do município, já possui ar condicionado em suas salas e é um dos pontos mais elogiados pelos alunos durante a escuta que foi realizada pela escola no período de construção do PPP.

Alguns projetos apresentam queixas mais efusivas em relação ao espaço e infraestrutura, como a escola E02C, que diz em seu texto: “A instituição ainda enfrenta problemas relacionados ao saneamento de água e esgoto, manutenção elétrica” (E02C). Outra escola que também apresenta insatisfação com a estrutura é a E09C, é dito no PPP que

[...] o que não tem contribuído na estruturação e condições de trabalho em nossa escola tem sido o pequeno espaço disponível da escola, inclusive não há área verde sombreada, para realização de eventos esportivos, segurança para os alunos, porque a escola se encontra situada em um espaço muito próximo de uma BR” (E09C,2023).

Ademais, as escolas não apresentam maiores queixas em relação a estrutura. As escolas, de modo geral, destacam a importância de ter espaços arejados e iluminados, como também que a área aos arredores da escola seja arborizada, destacando a importância de

mantê-la preservada e limpa. Nas escutas, um dos pontos destacados é a importância de ter áreas de lazer na escola para que os alunos pudessem utilizar. Um dos familiares ouvidos na escuta da escola E06C, apresentou como sugestão de melhoria na organização dos ambientes que fossem plantadas mais hortas e plantas e construir um parque de diversão.

De acordo com Aguiar (2021),

[...]a gestão, espaço físico (infraestrutura) e currículo em interação formam um tripé que repercute positivamente no Projeto Político Pedagógico de uma escola, visto que são elementos que precisam estar conectados. São dimensões interdependentes e que, quando percebidas como tal, as possibilidades de experiências se ampliam (p. 137).

Posto isso, fica evidente a importância que a infraestrutura da instituição seja abordada nos textos dos PPP das escolas, visto que o espaço não é apenas um cenário onde a educação ocorre, mas um componente vital que pode influenciar diretamente a qualidade do ensino e da aprendizagem. Evidenciando também a importância da busca por melhoria destas infraestruturas, considerando ainda as necessidades específicas de cada comunidade.

4.3 Tendências pedagógicas da Educação Ambiental

A terceira categoria trata-se das tendências pedagógicas da Educação Ambiental. O Referencial Curricular Municipal ao discutir a Educação Ambiental como tema integrador para a educação no município define que esta deve ser trabalhada “principalmente na perspectiva crítica como direito do homem” (Prefeitura Municipal de Serra do Ramalho, 2020, p. 51).

Para Layrargues e Lima (2014) pensar a Educação Ambiental a partir da perspectiva crítica significa buscar soluções que priorizem não só o ambiente natural como também o social, visando o enfrentamento de desigualdades e das injustiças socioambientais, o que envolve uma visão da dimensão política.

Mesmo com o texto do RCM destacando a importância da perspectiva crítica, é possível identificar a presença de outras tendências da Educação Ambiental. Quando apresenta a discussão que o homem “exerce papel de preservar e cuidar de maneira que a humanidade caminhe para uma melhor relação com o planeta” (Prefeitura Municipal de Serra do Ramalho, 2020, p. 51), conseguimos identificar uma relação com aspectos da tendência conservacionista que busca uma “valorização da dimensão afetiva em relação à natureza e na mudança do comportamento individual em relação ao ambiente” (Layrargues e Lima, 2014, p. 30).

A tendência pragmática também aparece quando discute que se deve realizar a “formação de pessoas preocupadas com as problemáticas ambientais e que se orientam pela busca da conservação e preservação dos recursos naturais e a sustentabilidade do planeta” (Prefeitura Municipal de Serra do Ramalho, 2020, p. 51), esta tendência apresenta uma preocupação com o esgotamento dos recursos naturais e se sustenta no discurso da sustentabilidade e desenvolvimento sustentável.

O discurso do desenvolvimento sustentável e sustentabilidade sofrem críticas por sua proposta não se consolidar na prática. Segundo Layrargues (2002), este possui a missão de difundir a ideologia hegemônica que permite a crítica ao consumo insustentável, sugerindo assim a possibilidade de um consumo sustentável, o que implica uma tentativa de acomodar preocupações ambientais sem aderir a um discurso alternativo e subversivo. O autor, utilizando da obra de Martell (1994), ainda enfatiza que esperar que a sustentabilidade seja alcançada pelo mercado, por meio da ação voluntária do "consumidor verde", não é uma expectativa realista. Isso aponta para as limitações de um modelo que coloca a responsabilidade ambiental no indivíduo, enquanto as estruturas econômicas e políticas que incentivam o consumismo permanecem inalteradas.

Ao analisar os PPPs das escolas podemos evidenciar que do mesmo modo em que as tendências estão presentes no RCM, elas coexistem e se complementam nas abordagens pedagógicas das escolas no que se refere a Educação Ambiental. Por exemplo, as escolas E01C, E03C, E04C, E09C e E10C destacam a importância de os alunos compreenderem o ambiente natural, social e cultural do sistema político da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade, assim ao mesmo tempo que sugere uma preocupação com a preservação e conservação do meio ambiente, também aponta para uma perspectiva crítica que busca integrar uma análise sobre as estruturas sociais, políticas e culturais.

Outro ponto comum – mencionado pelas escolas E01C, E02C, E03C, E06C, E07Q e E08S – é a respeito da sensibilização dos alunos para a preservação ambiental e conservação da fauna e da flora local, englobando assim aspectos da tendência conservacionista. Para Layrargues (2012), o fazer educativo da tendência conservacionista “possui um caráter potencialmente empobrecedor, que se expressa na adoção de uma perspectiva estrita ou majoritariamente ecológica dos problemas ambientais” (p. 394). O autor ainda destaca que o sujeito humano aparece igualmente responsável ou vítima da crise ambiental vigente, não considerando os aspectos da responsabilidade de todos os atores sociais envolvidos.

Algumas escolas apresentam alguns pontos específicos relacionados as tendências da Educação Ambiental. Como a Escola E02C, que ao apresentar os direitos fundamentais dos

Anos Iniciais do Ensino Fundamental por área de conhecimento, discute aspectos da Educação Ambiental nas áreas de Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Matemática, fazendo com que esta seja trabalhada através de uma abordagem crítica que promove uma visão integrada e contextualizada dos problemas ambientais. Já as escolas E03C, E06C e E09C apresentam em seus textos as discussões relacionadas a estratégias para o desenvolvimento sustentável e desenvolvimento de projetos que dialoguem com a sustentabilidade ambiental, esses pontos refletem uma abordagem pragmática que busca soluções concretas e aplicáveis para os problemas ambientais, mas não discute as implicações das formas de produção da indústria que continua explorando os recursos naturais indiscriminadamente.

Layrargues (2012) também destaca o caráter empobrecedor da macrotendência pragmática, destacando que esta busca ações que tragam resultados concretos para os problemas ambientais, mas que não ultrapasse a fronteira do realismo político e também a dispensa da reflexão para as relações causais dos problemas ambientais. O autor ainda destaca que na tendência pragmática encaixa-se “a lógica e a repetitividade dos programas de estímulo e a divulgação às ‘melhores práticas de sustentabilidade’” (p. 395-396), no qual o meio ambiente é concebido como um conjunto de recursos em processo de esgotamento desconsiderando aspectos sociais e políticos.

Nos textos dos PPPs é possível notar uma tendência à adoção de conteúdos e práticas da EA centrada na abordagem pragmática, o que reflete a influência das orientações dos documentos da base legal, que incentiva o pensamento para a EA para a sustentabilidade. Em toda a legislação e programas de governo está presente o discurso da sustentabilidade, no entanto é importante que se reflita a serviço de quem: do meio ambiente ou aos interesses econômicos do sistema capitalista? Layrargues (2012, p. 396) destaca que o ambientalismo pragmático faz “tudo que for possível ser feito para que não seja necessário ao Estado ter que intervir na economia em função da gravidade dos constrangimentos ambientais”. Faz-se necessário que as escolas adotem uma perspectiva crítica, pois como destaca Layrargues (2012), esta é a que apresenta respostas adequadas para transformar as sociedades insustentáveis e desiguais em sociedades que tenham por base, a justiça social e ambiental.

4.4 Propostas de práticas pedagógicas da Educação Ambiental

A quarta categoria discute as propostas de práticas pedagógicas da Educação Ambiental que são apresentadas nos PPPs para serem executadas na escola pelo período de

vigência do documento. As práticas pedagógicas são entendidas como, “um conjunto de ações, comportamentos, atitudes, intencional e conscientemente ordenados por um ou mais agentes, com a finalidade de influenciar outrem visando interferir em sua forma de agir, pensar, se comportar ou se expressar” (Almeida, 2005, p. 183 apud Kus, 2012, p. 27). Desse modo, as propostas de práticas pedagógicas para a Educação Ambiental descritas nos projetos orientam o planejamento pedagógico dos professores para que trabalhem nas disciplinas de maneira transversal.

No que tange as propostas de práticas pedagógicas para a Educação Ambiental, a escola E01C define que através do trabalho com leitura e escrita crítica e contextualizada, a Educação Ambiental será um dos temas trabalhados de forma inter e multidisciplinar. É definido que serão realizadas atividades “que despertem nos estudantes a compreensão e atitudes pela preservação do meio ambiente natural e cultural com responsabilidades” (E01C, 2023), assim como atividades para analisar e interpretar o espaço em volta dos estudantes e quais foram as modificações que aconteceram ao longo do tempo. Outro ponto apresentado no projeto é a criação de projetos relacionados a Educação Ambiental, porém o texto não descreve quais são, como e em que periodicidade são desenvolvidos.

A escola E02C apresenta em seu texto que devem ser promovidas discussões relacionadas a temática ambiental no dia-a-dia da sala de aula como uma forma de dialogar com os alunos para prepará-los para “a conservação e preservação da fauna e da flora local, bem como de todo o meio ambiente e seus recursos” (E02C, 2023). Também destacam a importância de realizar parcerias com entidades, órgãos e instituições que abordam e defendem a causa ambiental para realizar palestras na escola. Além de definir que o projeto “Arborizar é preciso”, realizado na comunidade, deve ser avaliado e complementado.

A escola E03C, nas ações a serem realizadas que visam a melhoria da qualidade do ensino, define como meta a realização de projetos com temáticas diversas entre elas a temática ambiental, promovendo a “conscientização” dos alunos a respeito do meio ambiente, porém não apresentam mais detalhes da maneira que será realizado. Para Paulo Freire (1979), a conscientização refere-se ao desenvolvimento crítico da tomada de consciência e que implica em ultrapassar a esfera espontânea de apreensão da realidade para chegar a uma esfera crítica, o que exige uma prática contínua da ação e reflexão. No entanto, como explicitado por Santos et al. (2013), o uso do termo conscientização na área da EA acontece de maneira limitada e descontextualizada da sua riqueza teórica. Para os autores, maior parte das representações estão relacionadas a “uma ação restrita à reprodução de informações corretas e modelos de condutas individuais, visando à mudança de seus comportamentos e

suas atitudes individuais em relação ao meio ambiente” (p. 105). Mediante a isso, teóricos da EA criticam o uso deste termo que é comumente utilizado de maneira superficial.

Já a escola E06C define como meta a realização de seminários, palestras e diálogos em sala de aula que sensibilizem os alunos quanto à preservação do meio ambiente. Quanto a escola E07Q é definido no projeto como meta a “conscientização” dos alunos e familiares para a preservação do meio ambiente, arborização da área da escola e realização de mutirão para a coleta de lixo na comunidade.

A escola E08S define entre suas propostas pedagógicas a formação dos alunos “para a diversidade sociocultural, práticas solidárias e comprometidas com a preservação do meio ambiente” e a capacitação dos mesmos na “na utilização da tecnologia para melhoria da qualidade de vida do ser humano e do meio ambiente”. É dito no texto que esse trabalho será realizado na perspectiva interdisciplinar e multidisciplinar. Na escola E09C é descrito que se deve “educar pessoas para o desenvolvimento humano, social e sustentável, utilizando linguagem diversas, em um ambiente acolhedor”. Por fim, a escola E10C apresenta como proposta a ampliação do projeto de intervenção “Coração Verde” que está relacionado as áreas verdes ao redor da escola e comunidade, contudo, não apresenta maiores informações. Quanto as escolas E04C e E05C, não é apresentado nos PPPs as propostas pedagógicas relacionadas a temática da Educação Ambiental.

Os PPPs das escolas vão apresentar suas propostas pedagógicas adaptando-as às suas especificidades, considerando o contexto local, as necessidades da comunidade e as características dos estudantes. A personalização das propostas pedagógicas permite que cada escola valorize e respeite a diversidade cultural, social e ambiental, contribuindo para a formação integral dos estudantes.

Loureiro (2005, p. 328) defende que “o principal indicador de sucesso de uma ação educativa ambiental está não no alcançar metas previamente definidas, mas em se estabelecer um processo de aprendizagem que seja participativo, emancipatório e transformador”. É de suma importância que as ações desenvolvidas pelas escolas sejam um processo contínuo e que não se limite apenas a esfera das ações individuais voltadas majoritariamente para a preservação do meio ambiente, mas que promova uma reflexão crítica, transformadora da dimensão social e política.

4.5 Relação escola x comunidade

A quinta e última categoria aqui apresentada trata-se da relação escola x comunidade. Buscamos aqui discutir como a comunidade local é entendida e incluída nos PPPs das escolas no que se refere à Educação Ambiental. As escolas analisadas, durante a construção dos PPPs, realizaram a escuta ativa com membros não só da comunidade escolar como também da comunidade externa, que no geral caracteriza-se pelas famílias dos alunos. Essas escutas foram de fundamental importância para a elaboração das estratégias, objetivos e metas a serem alcançadas.

A escola E08S, na escuta realizada com os alunos e comunidade em uma das perguntas sobre temáticas a serem discutidas na escola e comunidade foi citado o Meio Ambiente, com o objetivo de proporcionar uma formação integral para os alunos. Para além dessa escola, no que tange a temática da Educação Ambiental, as principais ações que envolvem a participação da comunidade não só interna como externa é a realização de palestras que discutam temas como o Meio Ambiente – mencionado nos textos das escolas E01C, E02C e E06C. Outra ação encontrada é a realização de projetos como arborização e mutirões para realizar a limpeza da comunidade – mencionado nos textos das escolas E02C e E07Q.

Para Carvalho (2017, p. 158), a Educação Ambiental “abarca amplo conjunto de práticas sociais e educativas que ocorrem fora da escola e incluem não só crianças e jovens, mas também adultos, agentes locais, moradores e líderes comunitários” (p. 158). A autora destaca que a preocupação com os problemas ambientais pode ajudar a criar novas relações e expandir o espaço de atuação da escola, além de inserir a comunidade como um novo ator na dinâmica.

A escola E07Q, dentro da realidade de escola quilombola, define que é necessária “uma educação que contribua para que as pessoas do grupo continuem nos seus territórios” (E07Q, 2023), e para isso deve trabalhar com temas dentro da realidade dos sujeitos incluindo o meio ambiente do território. O que contribui não só para a formação integral dos alunos como também é de suma importância para comunidade no geral.

No que se refere à participação da comunidade em ações voltadas para a temática ambiental, foram poucas as iniciativas descritas nos PPPs. Algumas escolas, como E04C, E05C, E09C e E10C, não apresentaram nenhuma ação relacionada à integração comunitária nas questões ambientais.

Carvalho (2017) enfatiza a importância dessa integração pois “trata-se, enfim, de gerar novas reciprocidades entre a escola, a comunidade e a realidade socioambiental que as envolve” (p. 159). Isso destaca a importância de intensificar os esforços para integrar a

comunidade nas atividades educativas para promover o comprometimento e uma participação mais ativa dos sujeitos no que se refere a temática ambiental, possibilitando que estes sejam atuantes e ajam com criticidade na sociedade, nas discussões e ações referentes ao meio ambiente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Ambiental é reconhecida pela legislação brasileira como um tema transversal que deve estar presente nos currículos escolares de todas as escolas. Desse modo, a EA não deve se limitar a uma disciplina específica, mas permear diversas áreas do conhecimento para promover um direcionamento aos estudantes no que se refere as questões ambientais para que estes possam tomar decisões e agir não apenas com ações individuais voltadas para uma esfera micro, mas também com ações coletivas na esfera social. Assim sendo, é necessário entender como esse tema está posto no currículo e nas propostas pedagógicas das escolas.

Ao longo da pesquisa, através da análise do Referencial Curricular Municipal e dos PPPs evidenciou-se que a proposta do município para os Anos Iniciais é que a Educação Ambiental seja trabalhada de maneira interdisciplinar como um tema transversal e que adote uma postura crítica. Foi possível identificar aspectos da EA Crítica quando os documentos destacam a importância de que os estudantes compreendam não apenas o ambiente natural, mas também o social e político, possibilitando que a atuação da EA não ocorra em uma perspectiva reducionista. Contudo, também é evidente a presença de outras tendências da EA nos textos dos documentos do município, o que não significa que a EA não atinja seus princípios e objetivos, no contexto da prática.

Outro ponto de destaque ao longo da pesquisa, que é de suma importância, é o respeito as especificidades de cada comunidade, apesar do documento norteador que é o Referencial Curricular, os PPPs das escolas analisadas apresentam as particularidades de cada uma delas. Foi possível identificar quais são as principais necessidades de cada escola, principalmente no que se refere a estrutura física do espaço, como também outras particularidades dos alunos e da comunidade, a exemplo da adaptação do calendário escolar em determinadas épocas. O que nos mostra que as questões específicas de cada comunidade não são ignoradas ou tratadas de maneira homogênea.

É de fundamental importância que a Educação Ambiental esteja presente no cenário da educação brasileira desde a educação básica até a superior. Desse modo, as pesquisas em

Educação Ambiental são cruciais, pois permitem a análise e a compreensão dos desafios ambientais contemporâneos, gerando dados e informações que ajudam na formulação de políticas públicas e também de estratégias pedagógicas. Este trabalho apresenta os dados disponíveis no que se refere a Educação Ambiental em Serra do Ramalho disponibilizado nos documentos oficiais, publicizando como a mesma está idealizada. Dessa forma, os resultados obtidos limitam-se ao campo teórico e do planejamento de cada escola, sem apresentar como é o desenvolvimento prático da Educação Ambiental pelos profissionais de educação. Dessa maneira, este trabalho não esgota as possibilidades de pesquisa nesta temática, mas abre portas para futuros trabalhos que contribuam cada vez mais para a Educação Ambiental de Serra do Ramalho.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Maria Célia Santana. **Ambientalização Curricular no Ensino Fundamental? Um estudo no âmbito do Programa Escolas Sustentáveis**. 192 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

BRANCO, Emerson Pereira; ROYER, Marcia Regina; BRANCO, Alessandra Batista de Godoi. A ABORDAGEM DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS PCNs, NAS DCNs E NA BNCC. **Nuances: Estudos sobre Educação**, Presidente Prudente, v. 29, n. 1, 2018. DOI: 10.32930/nuances.v29i1.5526. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/5526>. Acesso em: 6 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 abr. 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. **Série Cadernos Pedagógicos Mais Educação: Educação Ambiental**. Brasília: Ministério da Educação, 2009. Disponível em: <https://www.ced.educ.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/82/2023/07/Educacao-Ambiental.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2024.

BRASIL, Ministério da Educação (MEC). **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Coordenação de Educação Ambiental. **A Implantação da Educação Ambiental no Brasil**. Brasília, DF: MEC, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **MEC e Inep divulgam resultados do Censo Escolar 2023**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/mec-e-inep-divulgam-resultados-do-censo-escolar-2023>. Acesso em: 02 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Meio Ambiente e Saúde**. Brasília, 1997.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CALADO, Sílvia dos Santos; FERREIRA, Sílvia Cristina dos Reis. **Análise de documentos: método de recolha e análise de dados**. 2004. Disponível em: <https://docplayer.com.br/12123665-Analise-de-documentos-metodo-derecolha-e-analise-de-dados.html>. Acesso em: 26 mai. 2024.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. (Coleção de docência em formação: saberes pedagógicos). São Paulo: Cortez, 2017. E-book. ISBN 9788524926129. Disponível em: <https://integrada.minhabioteca.com.br/#/books/9788524926129/>. Acesso em: 02 jul. 2024.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental, princípios e práticas**. Brasil: Editora Gaia, 2023.

EFFTING, Tânia Regina. **Educação Ambiental nas Escolas Públicas: Realidade e Desafios**. 2007. Monografia (Pós-Graduação em Planejamento Para o Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2007.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. Tradução de Kátia de Mello e Silva; revisão técnica de Benedito Eliseu Leite Cintra. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

GARCÍA JIMÉNEZ, E.; GIL FLORES, J.; RODRÍGUEZ GÓMEZ, G. Análisis de datos cualitativos en la investigación sobre la diferenciación educativa. **Revista de investigación educativa**, n. 23, p. 179-213, 1994.

GARCIA, Paulo Sérgio. Um estudo de caso analisando a infraestrutura das escolas de ensino fundamental. **Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional**, Curitiba, v. 9, n. 23, p. 137-159, set./dez. 2014. Disponível em: http://www.utp.br/cadernos_de_pesquisa/. Acesso em: 23 dez. 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**, 7ª edição. [s.l]: Grupo GEN, 2019. E-book. ISBN 9788597020991. Disponível em: <https://integrada.minhabioteca.com.br/#/books/9788597020991/>. Acesso em: 07 jul. 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

HOLMER, Sueli Almuíña. **Histórico da educação ambiental no Brasil e no mundo**. Salvador: UFBA, Instituto de Biologia; Superintendência de Educação a Distância, 2020.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Serra do Ramalho**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/serra-do-ramalho.html>. Acesso em: 02 jun. 2024.

JACOBI, Pedro Roberto. O Brasil depois da Rio+10. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, n. 15, p. 19-29, 2002. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47293/51029>. Acesso em: 02 jun. 2024.

KUS, Helder Jaime. **Concepções de Meio Ambiente de Professores de Educação Básica e Práticas Pedagógicas em Educação Ambiental**. 2012. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2012.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo de Souza (Orgs.). **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 179-219.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Para onde vai a educação ambiental? O cenário político-ideológico da educação ambiental brasileira e os desafios de uma agenda política crítica contra-hegemônica. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 7, n. 14, p. 388-411, ago./dez. 2012. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/1677>. Acesso em: 17 jan. 2025.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 17, n. 1, p. 23-40, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/8FP6nynhjdZ4hYdqVFdYRtx/?lang=pt>. Acesso em: 10 dez. 2024.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. Educação ambiental crítica: contribuições e desafios. In: **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola** / [Coordenação: Soraia Silva de Mello, Rachel Trajber]. – Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007. p. 65-71.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. Teoria crítica. In: FERRARO JR., Luiz Antonio (Org.). **Encontros e caminhos: formação de educadores(as) ambientais e coletivos educadores**. Brasília: MMA, 2005.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARCONDES, Nilsen Aparecida Vieira; BRISOLA, Elisa Maria Andrade. Análise por Triangulação de Métodos: Um Referencial para Pesquisas Qualitativas. **Revista Univap**, São José dos Campos-SP, v. 20, n. 35, jul. 2014. ISSN 2237-1753.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. São Paulo: Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9786559770670. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559770670/>. Acesso em: 17 mai. 2024.

MELLO, Soraia Silva de; TRAJBER, Rachel (Coord.). **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007. 248 p. ISBN 978-85-60731-01-5.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 28 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO RAMALHO. **Referencial Curricular Municipal para Educação Infantil e Ensino Fundamental de Serra do Ramalho**. Serra do Ramalho: Prefeitura Municipal de Serra do Ramalho, 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO RAMALHO. **Serra do ramalho: Terra de Grandes Riquezas**. Serra do Ramalho: Prefeitura Municipal de Serra do Ramalho, 2024.

REIGOTA, Marcos. **O que é Educação Ambiental**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2010.

SANTOS, Edvander Ramalho.; FERREIRA, Adriano Charles; SERPE, Bernadete Machado; ROSSO, Ademir José. Uso dos termos consciência, conscientização e tomada de consciência nos trabalhos paranaenses de Educação Ambiental. **Revista de Educação Pública**, [S. l.], v. 22, n. 48, p. 103–123, 2013. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/850>. Acesso em: 17 jan. 2025.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidades terminais: as transformações na política da Pedagogia e na pedagogia da política**. Petrópolis: Vozes, 1996.

UNESCO. **Carta de Belgrado: uma estrutura global para a educação ambiental**. Brasília: Governo Federal, 1975. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/ozonio/item/8066-carta-de-belgrado.html>. Acesso em: 10 jan. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Projeto Especial de Colonização Serra do Ramalho**. Disponível em: <https://geografar.ufba.br/projeto-especial-de-colonizacao-serra-do-ramalho>. Acesso em: 30 jun. 2024.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Perspectivas para reflexão em torno do projeto político-pedagógico. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves de. **Escola: Espaço do projeto político-pedagógico**. Campinas, SP: Papyrus, 1998a. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico). p. 9-32.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papyrus, 1998b. p.11-35.

NEVES, Odair Ledo; FEITOSA, Débora Alves. Educação do/no campo no município de Serra do Ramalho - BA: entre tensões e proposições. **Seminário Gepráxis**, Vitória da Conquista – Bahia – Brasil, v. 7, n. 7, p. 3318-3328, maio 2019. Disponível em: <http://anais.uesb.br/index.php/semgepraxis/article/viewFile/8387/8055>. Acesso em: 29 nov. 24.